

LÍNGUA PORTUGUESA

01 - Na “Carta ao Leitor” de 6 de julho de 2005, a revista *Veja* dizia o seguinte: “O surgimento com destaque no cenário da corrupção do nome de Marcos Valério, detentor de participações em duas agências de publicidade em Belo Horizonte, jogou uma injusta e irreal sombra de desconfiança sobre toda uma atividade. Como todas as demais profissões, a de publicitário incorpora em suas fileiras pessoas de todos os gradientes éticos”. A injustiça referida pela revista deriva de um erro, que se poderia caracterizar como uma:

- (A) troca da causa pelo efeito;
- (B) simplificação exagerada;
- (C) generalização excessiva;
- (D) fuga do assunto;
- (E) analogia inadequada.

02 - Em entrevista com Alexandre Kalache, coordenador do programa de envelhecimento da OMS, ocorreu o seguinte diálogo:

Veja: A medida da expectativa de vida no mundo, que era de 50 anos em 1900, pulou para 79 anos em 2000. A sociedade está preparada para abrigar tantos idosos?

Kalache: O fato de a humanidade ter acrescentado 29 anos a sua expectativa de vida é a maior conquista do século XX e o grande desafio do século XXI. Em muitos países, mesmo na Europa, ainda persiste a mentalidade de que a população é predominantemente jovem. O sistema de saúde e a infraestrutura urbana não levam em consideração o aumento acelerado de pessoas na terceira idade. Na França, um país rico, idosos morreram aos milhares durante a onda de calor de 2003. Em 2050 o número de idosos no mundo vai ser equivalente ao de jovens, e é preciso que as sociedades se preparem para essa mudança. O idoso de 2050 não é uma abstração, ele é o jovem de hoje. A geração que atualmente está próxima da aposentadoria talvez mude a forma como entendemos o envelhecimento.

O fragmento de texto da entrevista mostra que:

- (A) o entrevistado não respondeu à pergunta do jornalista e simplesmente repetiu-a em outras palavras;
- (B) a pergunta não foi formulada de forma conveniente, o que permitiu ao entrevistado responder de forma inadequada;
- (C) a resposta dada à pergunta particulariza a análise aos países do primeiro mundo, como a França;
- (D) o entrevistado foge do assunto, dando exemplo de uma situação anterior, que não é compatível com o momento presente;
- (E) a pergunta é respondida negativamente, justificando o ponto de vista com a análise de países considerados mais desenvolvidos.

03 - Na coluna de um jornalista conhecido de *O Globo*, de 16 de julho de 2005, saiu publicado o seguinte texto: “A agência do Unibanco, na esquina de José Linhares com Ataulfo de Paiva, no Leblon, no Rio, reservou um caixa só para os idosos”. Legal.

Pena que fique no segundo andar e a agência não tenha elevador. Os vovôs e vovós – “ai, meu joelho” – já chiaram à beça. Com razão.”

Os dois parágrafos que compõem a notícia se organizam estruturalmente por:

- (A) comparação;
- (B) oposição;
- (C) causa/efeito;
- (D) concessão;
- (E) seqüência cronológica.

04 - No mesmo texto da questão 3, o segmento “ai, meu joelho” representa, no contexto em que se encontra:

- (A) a fala de um idoso freqüentador da referida agência bancária;
- (B) uma queixa generalizada de idosos na subida da escada;
- (C) um segmento humorístico relativo à terceira idade;
- (D) um segmento de uma fala bem mais extensa;
- (E) a inclusão do jornalista entre os vovôs e vovós.

05 - Na contracapa do livro “As Chaves de Salomão”, aparece o seguinte texto: “A maioria das pessoas no mundo judaico-cristão já ouviu diversas histórias a respeito do rei Davi, do Rei Salomão, de Hiram Abiff e da Rainha de Sabá. O que o leitor desconhece, no entanto, é a estreita relação que existe entre eles e os povos egípcio e israelita”. Só **NÃO** se pode inferir da leitura desse segmento que:

- (A) o livro pretende informar o leitor sobre pontos por ele desconhecidos;
- (B) o autor do texto considera os personagens citados como bem conhecidos;
- (C) os leitores desconhecem parte do que vai ser revelado no livro;
- (D) um motivo de compra do livro é a curiosidade sobre os dados novos;
- (E) as relações entre os povos egípcio e israelita já estavam registradas nas histórias tradicionais.

06 - No mesmo texto da questão 5, aparece o segmento “os povos egípcio e israelita”, em que o substantivo aparece no plural e os dois adjetivos no singular. O item abaixo em que os adjetivos poderiam ocorrer no plural é:

- (A) as atuais bandeiras brasileira e portuguesa;
- (B) as séries primeira e segunda do ensino médio;
- (C) os idiomas francês e inglês;
- (D) os jornais paulista e carioca da atualidade;
- (E) os territórios brasileiro e argentino.

07 - O governo do Estado de Goiás fez publicar o seguinte texto: “Goiás é o estado brasileiro que mais atrai os investidores. Não apresenta a degradação estrutural dos velhos centros industriais, tem grande oferta de áreas e distritos e toda infra-estrutura para a logística do escoamento da produção, em direção aos diferentes portos do Atlântico. Tudo muito simples e eficaz. É assim que se caminha para o desenvolvimento”. O item que apresenta uma afirmação INADEQUADA sobre a estrutura ou o conteúdo desse texto é:

- (A) o primeiro período do texto publicado representa uma consequência do que é posteriormente referido;
- (B) as qualidades do estado de Goiás são parcialmente apresentadas em oposição às dos demais estados brasileiros;
- (C) os vocábulos “degradação” e “velhos” indicam características pelas quais o estado de Goiás não é marcado;
- (D) o interesse maior dos investidores está no setor de exportação;
- (E) a facilidade de exportação do estado de Goiás se prende ao fácil acesso a diferentes oceanos.

08 - Numa seção de jornal cujo assunto é a saúde, um leitor escreve: “Não sofro mais. Considero-me uma pessoa normal. Esqueci do passado, quero viver o presente. Agora, minha alimentação é totalmente saudável. Não tomo mais bebidas alcoólicas e evito comer doces”. O comentário correto sobre os componentes desse texto é:

- (A) o advérbio “mais” reforça a idéia do advérbio “não”;
- (B) os adjetivos “normal”, “saudável” e “alcoólicas” têm valor subjetivo;
- (C) “passado” e “presente” são substantivos funcionando como adjetivos;
- (D) o adjetivo “saudável” está explicado no texto;
- (E) as duas ocorrências do advérbio “mais” têm valor semântico distinto.

09 - Num texto publicitário, aparecem os seguintes dizeres, a respeito de determinada marca de televisor: “Os modernos vão adorar. Os econômicos também”. O processo diferente empregado na construção desse texto caracterizado pela ruptura da oposição entre contrários se repete em:

- (A) Não compre apartamentos baratos. Compre apartamentos bons!
- (B) Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje!
- (C) Do jeito que o mundo vai, segurem-se!
- (D) Nem tudo o que reluz é ouro, mas nossas jóias são!
- (E) Entre pagar à vista ou a crédito, escolha não pagar!

10 - Comentando fatos da atualidade nacional, a revista *Veja* traz o seguinte comentário sobre um dos personagens envolvidos nos escândalos: “Ao depor na Polícia Federal, Valério disse que nunca marcou encontro ‘pessoal ou oficial’ com José Dirceu e, em entrevista publicada na edição passada de *Veja*, negou que tivesse sido avalista do PT: já está provado que mentiu sobre o aval. Por que falaria a verdade sobre Dirceu?” À pergunta formulada no final do texto, a revista pretende que o leitor chegue à seguinte conclusão:

- (A) ele está encobertando ações de maior gravidade;
- (B) ele certamente também mentiria nesse outro caso;
- (C) ele, nesse caso, não tem como esconder o fato;
- (D) ele trata de algo sabido;
- (E) ele não deseja envolver o centro do governo na crise.

LÍNGUA INGLESA

READ TEXT I AND ANSWER QUESTIONS 11 TO 14:

Text I

For the internal auditor, information technology is a two-edged sword. On the one hand, our survey shows that information systems have become tools to assist auditors in their day-to-day work; on the other hand, the rapid, continuing development of new information technologies causes continued worry about new auditing risks.

With the proliferation of portable computers and worldwide access through global networks, some auditing managers feel as if they are constantly under siege. "Security has been

- 10 horrendous for us," states an internal auditing manager from a large agricultural corporation. "We have a lot of technology, but there is not a lot of internal control." This feeling of frustration was echoed by many of the survey's respondents.

Of greatest concern to internal auditors are the methodologies available to address modern information systems. The Internet looms as both an opportunity and a threat. Distributed databases raise new challenges for security and control. Image systems first used in the

- 20 financial services community are being deployed more widely.

In short, the role of the internal auditor is changing. Partnership is a constant theme in our survey; internal auditing managers participate in business and information systems planning. According to an auditing manager from a major aerospace organization, "We will teach people to audit themselves and then check the checkers. We will be consultants and partners, and our job will increasingly be the training of others.

(http://www.theiia.org//index.cfm?doc_id=860 on July 12th, 2005)

- 11 - The first sentence implies that technology:

- (A) stimulates auditors to work better;
- (B) offers no risk at all to auditors;
- (C) can produce unwanted results;
- (D) brings two types of advantages;
- (E) develops very fast computer tools.

- 12 - The text indicates that information technology is:

- (A) forcing auditors to use computers;
- (B) reducing the number of auditors' jobs;
- (C) helping auditors control corporations;
- (D) affecting auditors' current tasks;
- (E) introducing auditors to global networks.

- 13 - The major problem for auditing managers today is:

- (A) finding work;
- (B) safeguarding data;
- (C) consulting partners;
- (D) training people;
- (E) controlling finances.

- 14 - The information in this text derives from a(n):

- (A) general study;
- (B) personal interview;
- (C) in-depth research;
- (D) face-to-face interaction;
- (E) particular conference.

READ TEXT II AND ANSWER QUESTIONS 15 AND 16:

Text II

MOVING ON A DIME

Hollywood and Silicon Valley were shocked when Terry Semel became CEO of Internet portal Yahoo! in 2001. But the ex-Warner Bros. chief has led the company out of dotcom-bubble troubles to a new era of record profits. He has also done well personally, making a profit of more than \$250 million on stock-option sales, according to analysis firm Thomson Financial.

(Time, March 2, 2005, p. 34)

- 15 - The results Terry Semel got at Yahoo! were:

- (A) unintended;
- (B) incidental;
- (C) unexpected;
- (D) unwanted;
- (E) ineffective.

- 16 - The underlined word in "A new era of record profits" means the profits were:

- (A) taped;
- (B) registered;
- (C) unofficial;
- (D) extraordinary;
- (E) accountable.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Para as questões de número 17 até 22, considerar as configurações padrões de hardware e software na sua versão em português, exceto quanto especificado de outra forma.

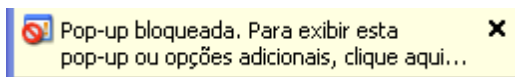
17 - Ao abrir um arquivo no Microsoft-Excel, pode-se encontrar mensagem alertando para o fato de o arquivo conter macros. A caixa de diálogo apresenta a opção de ativar ou desativar as macros. Considere as seguintes afirmações relativas à caixa de diálogo citada:

- i) ao se desativar macros, parte das funcionalidades podem ser perdidas;
- ii) macros são visões detalhadas de partes de gráficos;
- iii) nunca se devem ativar macros;
- iv) se a macro for desabilitada, o arquivo não poderá ser salvo;
- v) uma macro pode conter vírus.

A quantidade de afirmativas corretas é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

18 - Durante a utilização do Microsoft Internet Explorer (IE) no Windows XP com o SP2 instalado, em alguns sites é apresentada a mensagem a seguir:



Essa mensagem informa que a página visitada:

- (A) contém código para abrir outra janela do IE;
- (B) contém código que o IE não consegue entender;
- (C) contém código relativo a algum vírus;
- (D) foi censurada pelo administrador da sua rede;
- (E) pode conter código relativo a spywares.

19 - A função somase() do Microsoft-Excel:

- (A) adiciona as células especificadas por determinado critério ou condição;
- (B) calcula a soma dos quadrados de um intervalo de células;
- (C) calcula o seno do ângulo especificado;
- (D) soma todos os números em um intervalo de células;
- (E) sumariza os valores de um intervalo de células.

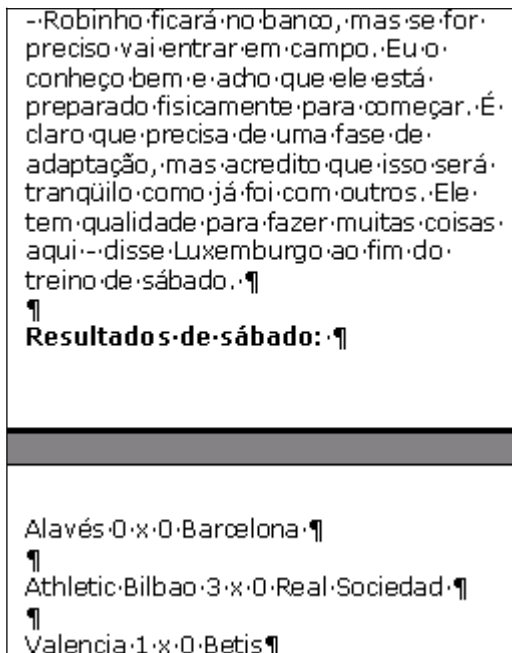
20 - Observe na figura a seguir o trecho de uma planilha Microsoft Excel 2002 em Português.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	<i>Estudante</i>	<i>Nota 1</i>	<i>Nota 2</i>	<i>Nota 3</i>	<i>Total</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>
2	Bento	90	95	85	270			
3	Bruno	89	85	90	264			
4	Eduardo	59	69	91	219			
5	Fernando	69	69	96	234			
6	Franklin	88	58	87	233			
7	Luis	87	78	89	254			
8	Moacyr	92	76	59	227			
9	Michael	97	73	69	239			
10	Ney	91	70	97	258			
11	Oswaldo	90	99	93	282			
12	Paulo	75	86	83	244			
13	Zilda	78	81	92	251			

As células F2, G2 e H2 foram preenchidas com as fórmulas =MÍNIMO(B2:D2), =MÁXIMO(B2:D2) e =MÉDIA(B2:D2), respectivamente. Em seguida, as células F2:H2 são selecionadas e a alça de preenchimento é arrastada sobre o intervalo F3:H13. O valor da célula H10 após essas operações é:

- (A) 70
- (B) 86
- (C) 90
- (D) 97
- (E) 258

21 - Observe na figura a seguir um trecho de um documento criado no Microsoft Word 2002 em Português.



Independentemente da configuração de fontes, tamanho do papel ou margens, para evitar a quebra de página entre o subtítulo “Resultados de sábado” e o resultado da partida entre o Alavés e o Barcelona, deve-se:

- (A) configurar corretamente o controle de linhas órfãs/viúvas;
- (B) marcar a opção “Manter linhas juntas” na formatação do parágrafo do subtítulo;
- (C) marcar a opção “Manter com o próximo” na formatação do parágrafo do subtítulo;
- (D) inserir uma marca de parágrafo adicional antes do subtítulo;
- (E) alterar a configuração de página no menu Arquivo.

22 - Analise as afirmativas abaixo, relativas ao Microsoft Outlook versão em Português:

- i. O recurso AutoArquivar permite a remoção automática e recorrente de itens para uma outra pasta (ou exclusão de itens) com base no tempo em que os itens estão na pasta.
- ii. Ao arquivar, os itens originais são copiados para o arquivo morto e, em seguida, removidos da pasta atual.
- iii. Ao exportar, os itens originais são copiados para o arquivo de exportação, mas não são removidos da pasta atual.
- iv. Só é possível arquivar um tipo de arquivo, um **arquivo de pasta particular** (extensão **pst**).
- v. A exportação pode ser feita para vários tipos de arquivos (arquivos Access, Excel, FoxPro, etc.).

O número de afirmativas corretas é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

CONTABILIDADE

23 - Em observância às Resoluções CFC nº 750/93 e 774/94, que dispõem sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é correto afirmar que:

- (A) a receita, conforme Princípio da Competência, considera-se realizada, em caso de doação ou subvenção, no momento de seu recebimento efetivo;
- (B) a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas representa uma exceção ao Princípio da Entidade;
- (C) causas naturais, ainda que possam afetar a manutenção da Entidade no mercado, não constituem um aspecto que possa influenciar a continuidade da mesma;
- (D) o Princípio da Atualização Monetária prevê a indexação de todas as contas patrimoniais, correspondendo a uma nova avaliação da mesmas;
- (E) o Princípio da Prudência impõe a escolha de hipótese que resulte em maior Patrimônio Líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis, protegendo, portanto, a figura da Entidade.

24 - O contador da Cia. Gravis está a revisar o plano de contas para incluir contas que registrarão avais dados a terceiros e mercadorias de terceiros em consignação. Essas novas rubricas deverão ser criadas no seguinte grupo do plano de contas:

- (A) passivo circulante e ativo circulante;
- (B) compensação;
- (C) financiamentos e estoques;
- (D) exigível a longo prazo e ativo permanente;
- (E) realizável a longo prazo e resultado não operacional.

25 - Em relação ao livro Diário, pode-se afirmar que:

- (A) é um livro facultativo para as empresas que não sejam sociedades anônimas;
- (B) sua escrituração pode ser realizada com partidas superiores a um mês;
- (C) sua escrituração não precisa obedecer a ordem cronológica exclusiva;
- (D) é o único livro obrigatório determinado pelo Código Comercial;
- (E) não necessita de termos de abertura e encerramento lavrados por ocasião de seu registro.

26 - Em relação às contas patrimoniais que integram o Ativo, pode-se afirmar que:

- (A) devem ser apresentadas em ordem crescente de liquidez no Balanço Patrimonial;
- (B) representam as origens dos recursos da companhia;
- (C) o ativo circulante também compreende as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;
- (D) o realizável a longo prazo compreende as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social;
- (E) entre conjuntos alternativos de avaliação, igualmente válidos, sempre se deve escolher o de maior valor para os ativos.

27 - Em relação ao Passivo, pode-se afirmar que:

- (A) as obrigações da companhia serão classificadas no passivo circulante quando sua liquidação ocorrer em prazo superior ao exercício social seguinte;
- (B) os resultados de exercícios futuros referem-se apenas às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de anos futuros;
- (C) no balanço patrimonial, os elementos do passivo tais como obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;
- (D) as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas opcionalmente em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;
- (E) as contas do passivo devem ser apresentadas no Balanço Patrimonial em ordem crescente de exigibilidade.

28 - Em relação ao Patrimônio Líquido, pode-se afirmar que:

- (A) é composto pelo capital social, reservas, provisões técnicas e os lucros acumulados;
- (B) as reservas de contingências se destinam a dar cobertura a perdas ou despesas já incorridas e ainda não desembolsadas;
- (C) as reservas de reavaliação compreendem as contrapartidas de aumentos de valores atribuídos a elementos do passivo em virtude de novas avaliações dos bens, com base em laudo aprovado pela assembléia geral;
- (D) a utilização da reserva legal está restrita a aumentos do capital social;
- (E) as reservas de capital se caracterizam por valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

29 - A Cia Tijuana detém 100% do capital social da Cia Papyto e adota o método de equivalência patrimonial para avaliar seu investimento. Por ocasião do recebimento de dividendos em conta bancária, deverá ser registrada a contrapartida dessa transação pela Cia Tijuana (lançamento a crédito) na seguinte conta contábil:

- (A) Lucros Acumulados;
- (B) Receita não operacional;
- (C) Investimentos;
- (D) Bancos;
- (E) Dividendos Recebidos.

30 - Nas demonstrações financeiras consolidadas de uma sociedade anônima de capital aberto, as participações de minoritários devem ser:

- (A) destacadas do valor dos investimentos no ativo permanente;
- (B) segregadas em conta específica dentro do patrimônio líquido consolidado;
- (C) eliminadas, pois nas demonstrações consolidadas só devem constar os ativos e passivos pertinentes às empresas consolidadas;
- (D) destacadas em grupo isolado imediatamente antes do patrimônio líquido consolidado;
- (E) destacadas em conta específica do exigível a longo prazo.

31 - A CIA ORGANIZADA S.A. ostenta uma relação Capital de Terceiros/Capital Próprio igual a 1,5. Se o Patrimônio Líquido da CIA é de \$ 50.000, a proporção dos ativos totais financiados pelos Capitais de Terceiros é:

- (A) 50,0%;
- (B) 60,0%;
- (C) 66,7%;
- (D) 75,0%;
- (E) 150,0%.

32 - Considere o quadro a seguir, referente à evolução do passivo da CIA CORRETA S. A.:

R(\$)	2002	2003	2004
Passivo Circulante	10.384	18.972	52.876
Exigível de L. Prazo	5.440	14.340	10.776
Patrimônio Líquido	8.144	17.320	37.136
Total do Passivo	23.968	50.632	100.788

Se tomarmos o exercício de 2003 como data-base para a análise horizontal e o total do Passivo como referência para a análise vertical, o índice da análise horizontal referente ao Exigível de Longo Prazo da CIA em 2004 e o índice da análise vertical correspondente ao Passivo Circulante em 2002 são, respectivamente:

- (A) 75; 21;
- (B) -25; 43;
- (C) -75; 43;
- (D) -25; 21;
- (E) 75; 43.

33 - No ativo, o critério de avaliação dos investimentos que **NÃO** aqueles considerados relevantes em controladas e coligadas pode ser enunciado como “ao custo...”:

- (A) menos provisão para reconhecimento de perdas permanentes;
- (B) deduzido de provisão para amortização;
- (C) ajustado pelo método de equivalência patrimonial;
- (D) menos provisão para reduzi-lo ao valor provável de realização;
- (E) admitindo-se sua atualização monetária.

34 - Constitui item passível de ser classificado no grupo “Resultados de Exercícios Futuros”:

- (A) adiantamento recebido por conta de obra por empreitada;
- (B) comissão pela concessão de empréstimo;
- (C) juros ativos a transcorrer;
- (D) prêmio de resgate de títulos e debêntures;
- (E) ganhos com a variação cambial.

35 - Enseja a formação da chamada Provisão para Riscos Fiscais e outros Passivos Contingentes:

- (A) ocorrência de perdas com investimentos;
- (B) amortização de ativo diferido;
- (C) obsolescência de estoques;
- (D) acordos firmados para a recompra de mercadorias vendidas;
- (E) falência de clientes.

36 - A CIA LEGALIZADA S. A. apresentou os seguintes dados em 31/12/X4:

Capital Social:	\$ 500.000
Saldo da Reserva Legal em 31/12/X3:	\$ 56.250
Lucro líquido do Exercício:	\$ 125.000

Considerando que não há Reserva de Capital no Patrimônio Líquido, o valor da Reserva Legal a ser constituído em 31/12/X4 é:

- (A) zero;
- (B) \$ 2.812,50;
- (C) \$ 6.250,00;
- (D) \$ 12.500,00;
- (E) \$ 25.000,00.

37 - Quanto aos testes de auditoria, é correto afirmar que:

- (A) a investigação e a confirmação são procedimentos empregados nos testes substantivos;
- (B) os testes de observância limitam-se aos procedimentos de inspeção e observação;
- (C) os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento;
- (D) na revisão analítica estuda-se o comportamento dos fatos patrimoniais para buscar indícios de anomalias ou casos que mereçam estudo do Auditor;
- (E) os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema de informação da entidade.

38 - Dentre os itens listados a seguir, o único que **NÃO** se constitui em objetivo do Planejamento de Auditoria é:

- (A) obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as demonstrações contábeis;
- (B) identificar a legislação aplicável à entidade;
- (C) realizar testes substantivos e de observância;
- (D) identificar os problemas potenciais da entidade;
- (E) propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos.

39 - A Empresa X adquire participação acionária na Investida Y, sendo tal investimento considerado relevante em empresa controlada. Sabendo-se que a Empresa X adquiriu 50% das ações pagando à vista \$ 550.000,00 e que o Patrimônio Líquido da Investida Y é de \$ 1.000.000,00, o lançamento contábil correto na Empresa X é:

A)

D/C	Descrição	\$
D	Investimentos em Controlada	500.000
D	Ágio em investimentos	50.000
C	Caixa	550.000

B)

D/C	Descrição	\$
D	Investimentos em Controlada	500.000
D	Despesa de Ágio em Investimentos	50.000
C	Caixa	550.000

C)

D/C	Descrição	\$
D	Investimentos	550.000
D	Ágio em Investimentos	25.000
D	Despesa de Ágio em Investimentos	25.000
C	Caixa	550.000

D)

D/C	Descrição	\$
D	Investimentos	550.000
C	Caixa	550.000

E)

D/C	Descrição	\$
D	Despesas de Aquisição de Investimentos	550.000
C	Caixa	550.000

40 - A técnica de consolidação das demonstrações financeiras consiste em somar os valores correspondentes aos elementos contábeis semelhantes, existentes nas entidades que serão consolidadas (combinação de balanços), excluindo-se:

- (A) os saldos de quaisquer contas entre as entidades; as participações de uma entidade em outra; e a conta de participação minoritária;
- (B) os saldos de quaisquer contas entre as entidades; as parcelas correspondentes aos resultados, ainda que não realizados, de negócios entre as entidades; e a conta de participação minoritária;
- (C) os saldos de quaisquer contas entre as entidades; as parcelas correspondentes aos resultados cambiais, ainda que não realizados, de negócios entre as entidades; as participações de uma entidade em outra, e a conta de participação minoritária;
- (D) os saldos de quaisquer contas entre as entidades; as parcelas correspondentes aos resultados, ainda que não realizados, de negócios entre as entidades; e as participações de uma entidade em outra, exceto quando domiciliada no exterior;
- (E) os saldos de quaisquer contas entre as entidades; as parcelas correspondentes aos resultados, ainda que não realizados, de negócios entre as entidades; e as participações de uma entidade em outra.

41 - A Companhia XXX controla 100% da Companhia YYY. Com base nos dados das Companhias levantados no encerramento do exercício, o Ativo Permanente consolidado é de:

Contas	XXX	YYY
Bancos	15	5
Estoques	10	20
Investimento na Companhia YYY	10	-
Imobilizado Líquido	15	5
Diferido	10	15

- (A) 10
- (B) 45
- (C) 75
- (D) 95
- (E) 105

42 - Com base nos dados seguintes, pode-se afirmar que o saldo das Reservas de Capital totalizam:

Contas	YYY
Capital a Subscriver	5
Reservas Estatutárias	10
Reservas para contingências	5
Ágio na Emissão de Ações	5
Lucros Acumulados	(10)
Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	20
Doações e Subvenções para Investimento	5
Reservas de Lucros a Realizar	5
Reservas de Lucros para expansão	10

- (A) 5
- (B) 10
- (C) 15
- (D) 20
- (E) 25

43 - Em razão da necessidade de base adequada para a fixação do preço de venda nasceu a técnica chamada "RKW", que consiste:

- (A) em atribuir custo-padrão usado com o custeio por absorção;
- (B) em atribuir custo-padrão usado com o custeio variável;
- (C) em atribuir custo-padrão usado tanto com o custeio por absorção como com o custeio variável;
- (D) no rateio não só dos custos de produção, como também de todas as despesas da entidade, excluídas as financeiras, a todos os produtos;
- (E) no rateio não só dos custos de produção, como também de todas as despesas da entidade, inclusive as financeiras, a todos os produtos.

44 - A empresa Corta Custos ao longo do ano apurou os dados listados a seguir (ton = tonelada). Com base nesses dados, o resultado da empresa é:

vendas no ano	1.000/ton
custos fixos de produção	\$ 150.000
custos variáveis de produção	\$ 125/ton
despesas fixas	\$ 42.000
despesas variáveis	
impostos	\$ 10/ton
taxas	\$ 5/ton
propaganda	\$ 2/ton
preço de venda	\$ 360/ton

- (A) \$ 26.000
- (B) \$ 28.000
- (C) \$ 30.000
- (D) \$ 32.000
- (E) \$ 34.000

45 - Um auditor independente foi contratado para emitir parecer de auditoria independente da empresa Flores da Amazônia sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/X0. Sua opinião até a data do encerramento de seus trabalhos, ocorrida em 30/04/X1, era pela emissão de Parecer Limpo, ou seja, sem ressalvas. Porém, nesta mesma data (30/04/X1) o controle acionário da auditada foi adquirido por outra empresa. Em face do ocorrido, o auditor independente deve emitir:

- (A) Parecer com Ressalva de sujeito a;
- (B) Parecer com Ressalva de exceto por;
- (C) Negativa de Opinião;
- (D) Parecer Limpo, desde que incluída nota explicativa às demonstrações financeiras abordando o evento subsequente mencionado;
- (E) Parecer Limpo, desde que incluída nota explicativa às demonstrações financeiras abordando o evento subsequente mencionado, devendo também retroagir a nova posição acionária nas demonstrações contábeis de 31/12/X0.

46 - Com base na movimentação dos estoques abaixo apresentado, pode-se afirmar que o valor do estoque apurado pelo custo médio ponderado no final do período, arredondando-se para duas casas decimais:

Descrição

Saldo Inicial 01/01/X0 - 20 unidades por \$ 15
 Compra em 10/01/X0 de 15 unidades por \$ 16
 Compra em 27/01/X0 de 10 unidades por \$ 15
 Venda em 10/02/X0 de 15 unidades por \$ 25,00
 Compra em 24/02/X0 de 16 Unidades por \$ 18,00
 Compra em 24/02/X0 de 17 Unidades por \$ 16,00
 Venda em 10/03/X0 de 20 unidades por \$ 28,00

- (A) 693,30
- (B) 699,60
- (C) 703,30
- (D) 709,60
- (E) 713,30

DIREITO TRIBUTÁRIO

47 - A Constituição da República Federativa do Brasil, atualizada pela emenda constitucional 48/2005, no título vi, que trata da tributação e do orçamento, submete a reserva de lei diversos institutos.

Essa lei pode ser complementar ou ordinária, dependendo da hipótese. Assinale abaixo o caso em que **NÃO** há expressa reserva de lei complementar:

- (A) definição de tributos;
- (B) instituição de taxas;
- (C) prescrição;
- (D) decadência;
- (E) obrigação tributária.

48 - O texto constitucional fixa que compete exclusivamente à União instituir contribuições de intervenção no domínio econômico, de interesse das categorias profissionais ou econômicas e:

- (A) sociais;
- (B) especiais;
- (C) nacionais;
- (D) parafiscais;
- (E) assistenciais.

49 - A limitação constitucional do poder de tributar, que é também uma garantia assegurada ao contribuinte, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, é conhecida como princípio da:

- (A) legalidade;
- (B) isonomia;
- (C) irretroatividade;
- (D) anterioridade;
- (E) imunidade.

50 - As taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, não poderão ter base de cálculo própria de:

- (A) tributos;
- (B) impostos;
- (C) preços;
- (D) contribuições;
- (E) tarifas.

51 - De acordo com a interpretação literal da norma da Constituição que prevê a imunidade tributária recíproca, esta alcança:

- (A) todos os tributos;
- (B) taxas e tarifas;
- (C) contribuições parafiscais;
- (D) impostos;
- (E) preços públicos.

52 - A isenção dos tributos em geral deve ser concedida por:

- (A) constituição;
- (B) lei;
- (C) decreto;
- (D) decreto legislativo;
- (E) portaria.

53 - **NÃO** é vedado ao Estado do Amazonas:

- (A) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- (B) instituir isenções de tributos da competência da União ou dos Municípios;
- (C) instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação;
- (D) instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- (E) utilizar tributo com efeito de confisco.

54 - A lei poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de impostos ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador:

- (A) fixo;
- (B) proporcional;
- (C) progressivo;
- (D) presumindo;
- (E) indireto.

55 - O Código Tributário Nacional foi recepcionado pela atual Constituição da República Federativa do Brasil, atualizada pela emenda constitucional 48/2005, com natureza de:

- (A) emenda constitucional;
- (B) lei delegada;
- (C) lei complementar;
- (D) lei ordinária;
- (E) decreto legislativo.

56 - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo(a):

- (A) fato gerador;
- (B) lançamento;
- (C) obrigação;
- (D) crédito;
- (E) isenção.

57 - As isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS serão concedidos ou revogados, mediante:

- (A) lei específica estadual;
- (B) emenda constitucional;
- (C) medida provisória;
- (D) decreto legislativo;
- (E) deliberação dos Estados e do Distrito Federal.

58 - Em relação aos impostos sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;
- (B) a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;
- (C) poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
- (D) cabe à lei ordinária definir seus contribuintes, dispor sobre substituição tributária e disciplinar o regime de compensação do imposto;
- (E) não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

59 - Legislação Tributária é uma expressão genérica compreendo diversas espécies normativas, dentre outras o regulamento do ICMS do Estado do Amazonas, que foi instuído por um(a):

- (A) lei complementar;
- (B) lei ordinária;
- (C) decreto;
- (D) resolução do Senado Federal;
- (E) convênio.

60 - Quanto às regras previstas no Código Tributário Nacional, é INCORRETO afirmar que:

- (A) interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- (B) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos, à autoria, imputabilidade, ou punibilidade, à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação;
- (C) a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente, sendo que seu fato gerador é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
- (D) a obrigação acessória é decorrente da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, sendo que seu fato gerador é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal;
- (E) suspendem a exigibilidade do crédito tributário a isenção e a anistia.

61 - São modalidades de extinção do crédito tributário:

- (A) a isenção e a anistia;
- (B) a moratória e o parcelamento;
- (C) a remissão e a isenção;
- (D) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo e a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- (E) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória e a remissão.

62 - O Código Tributário Nacional numa interpretação autêntica ou legal estabelece o conceito de lançamento, que é o seguinte:

- (A) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- (B) o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- (C) o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível;
- (D) a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial;
- (E) a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

63 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Contudo, a prescrição se interrompe:

- (A) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- (B) isenção pessoal;
- (C) pelo protesto por novo leilão;
- (D) com a inscrição na dívida ativa;
- (E) com a confecção do título executivo judicial.

64 - Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a fazenda pública por crédito tributário regularmente inscrito como:

- (A) dívida ativa;
- (B) lançamento;
- (C) responsável;
- (D) contribuinte;
- (E) devedor solidário.

65 - Considerando as normas de direito positivo em matéria fiscal, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a legislação tributária, observado o disposto no CTN, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação. A legislação acima referida aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;
- (B) para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los;
- (C) os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram;
- (D) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades;
- (E) a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, mediante previsão constitucional ou resolução do Senado Federal.

66 - Considerando as regras do Código Tributário Nacional, é INCORRETO afirmar que:

- (A) constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular;
- (B) o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado; a data em que foi inscrita; sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito;
- (C) a lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido;
- (D) a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída;
- (E) a presunção que goza a dívida ativa é absoluta e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

67 - O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação, nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas à Região Norte, a partir de 1990, terá a alíquota de:

- (A) 4%;
- (B) 5%;
- (C) 6%;
- (D) 7%;
- (E) 8%.

68 - A legislação tributária estabelece isenção do ICMS às saídas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, desde que o estabelecimento destinatário tenha domicílio no Município de Manaus, e **NÃO** envolva o seguinte produto:

- (A) malas;
- (B) perfumes;
- (C) automóveis de carga;
- (D) aparelhos eletrônicos;
- (E) enlatados.

69 - Havendo saída de produto industrializado de origem nacional para comercialização na Zona Franca de Manaus, que tenha como estabelecimento destinatário o Município de Presidente Figueiredo, deverá o estabelecimento remetente, para efeito de fruição de isenção do ICMS:

- (A) solicitar o estorno do pertinente crédito;
- (B) promover a manutenção dos referidos créditos;
- (C) abater do preço da mercadoria o valor equivalente do imposto;
- (D) diferir o pagamento do crédito escritural;
- (E) atualizar monetariamente o crédito contábil.

70 - Para produtos industrializados, salvo as exceções legais, na Zona Franca de Manaus constantes de projetos que venham a ser aprovados no prazo constitucional do artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, terão a redução de sua alíquota *ad valorem* do imposto sobre importação, relativo a matérias primas no percentual de:

- (A) 48%;
- (B) 58%;
- (C) 68%;
- (D) 78%;
- (E) 88%.

71 - A inobservância do Diploma Legal que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do ICMS acarretará:

- (A) ineficácia da lei que concede remissão;
- (B) inconstitucionalidade da lei que concede remissão;
- (C) inexistência da lei que concede remissão;
- (D) irregularidade da lei que concede remissão;
- (E) ineficiência da lei que concede remissão.

72 - Segundo a legislação tributária sairão, com suspensão do imposto de circulação de mercadorias (ICMS), as mercadorias remetidas pelo estabelecimento dos produtos para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada no mesmo:

- (A) Município;
- (B) Distrito;
- (C) Território;
- (D) Estado;
- (E) Bloco.

73 - Inadmite-se crédito concernente ao ICMS, relativo a mercadoria entrada no estabelecimento, na hipótese de comercialização da mesma, quando a saída subsequente não foi tributada, ou isenta, EXCETO de produtos:

- (A) alimentícios;
- (B) agropecuários;
- (C) manufaturados;
- (D) minerais;
- (E) industrializados.

74 - Figura como sujeito passivo da obrigação tributária principal do ICMS, pessoa física que adquira em licitação bens:

- (A) infungíveis apreendidos;
- (B) inconsumíveis abandonados;
- (C) imateriais apreendidos;
- (D) materiais abandonados;
- (E) consumíveis apreendidos.

75 - Na substituição tributária diferida, em tema de ICMS, calcula-se a base de cálculo pelo somatório:

- (A) do valor de operação realizada pelo substituído intermediário;
- (B) do valor da operação do seguro, do frete e outros encargos;
- (C) do valor agregado da operação, inclusive lucro;
- (D) do valor da operação praticado pelo contribuinte substituído;
- (E) do valor da operação do valor agregado e do seguro e frete.

76 - Nas operações interestaduais com lubrificantes, que tenham como destinatário consumidor final, o ICMS incidente na operação será devido ao Estado onde estiver localizado o:

- (A) consumidor;
- (B) comprador;
- (C) adquirente;
- (D) usuário;
- (E) remetente.

77 - Objetivando à integração, expansão, modernização e consolidação dos diversos setores econômicos do Estado do Amazonas, institui-se uma Política Estadual de incentivos fiscais, cuja concessão impõe a comprovação do implemento das condições exigidas na legislação, através do Laudo Técnico de:

- (A) Comprovação;
- (B) Inspeção;
- (C) Verificação;
- (D) Atestação;
- (E) Aplicação.

78 - O incentivo fiscal, no âmbito da Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais do Estado do Amazonas, do crédito estímulo do ICMS, será concedido por produto, no seguinte nível para bens de capital:

- (A) 100%;
- (B) 90,25%;
- (C) 75%;
- (D) 55%;
- (E) 45%.

79 - As empresas beneficiadas com incentivos fiscais implementadas pela Política Estadual do Amazonas de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, deverão cumprir, dentre outras exigências, manter programas sociais, na área de creche, sob pena de:

- (A) multa fiscal;
- (B) perda de incentivo;
- (C) anulação do incentivo;
- (D) suspensão do incentivo;
- (E) revogação do incentivo.

80 - As empresas sociais enquadradas nos regimes de tributação de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte gozarão do benefício de redução, do preço do serviço pertinente ao registro do ato constitutivo na Junta Comercial do Estado do Amazonas, no percentual de:

- (A) 90%;
- (B) 80%;
- (C) 70%;
- (D) 60%;
- (E) 50%.

81 - Para efeito de enquadramento das empresas, nos regimes de tributação de tratamento diferenciado às microempresas e de pequeno porte, considera-se receita bruta todas as receitas auferidas, decorrentes de sua atividade:

- (A) empresarial;
- (B) operacional;
- (C) comercial;
- (D) social;
- (E) industrial.

82 - Consideram-se regatões as sociedades comerciais e firmas individuais, inscritas na categoria normal - regatão, as que exercem suas atividades comerciais em embarcações de quaisquer espécies, e que circulam em um ou mais municípios do Estado do Amazonas, os quais deverão recolher o ICMS, quando inscritos no CCA, no seguinte prazo:

- (A) na apresentação da mercadoria;
- (B) na entrada da mercadoria;
- (C) na estocagem da mercadoria;
- (D) no desembarço da mercadoria;
- (E) na saída da mercadoria.

83 - O movimento real das saídas tributáveis, realizadas por estabelecimento pertencente a qualquer contribuinte do ICMS, poderá ser apurado, em determinado período através do levantamento fiscal, o qual utilizará, dentre outros meios indicados na legislação, dos índices percentuais constantes da escrita fiscal, considerado o estoque inicial do exercício, e ainda o estoque final registrado no livro de:

- (A) Apuração do ICMS;
- (B) Inventário;
- (C) Controle do Estoque;
- (D) Verificação do ICMS;
- (E) Saídas.

84 - Realizada a apreensão de bens móveis existentes em estabelecimento comercial, que constituam prova material de infração à legislação tributária, a respectiva liberação será autorizada mediante caução:

- (A) hipotecária;
- (B) anticrética;
- (C) fidejussória;
- (D) pignoratícia;
- (E) em espécie.

85 - A taxa de emolumentos tem por fato gerador a realização dos atos e prestação de serviços relativos ao registro do:

- (A) empresário;
- (B) industrial;
- (C) profissional;
- (D) comércio;
- (E) técnico.

86 - Há incidência do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação no caso de instituição de usufruto:

- (A) temporário;
- (B) integral;
- (C) parcial;
- (D) pleno;
- (E) consolidado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

87 - A Constituição prevê a responsabilidade civil das pessoas Jurídicas de Direito Público e das Pessoas Jurídicas de Direito Privado, prestadoras de serviços públicos, independentemente da comprovação de culpa ou dolo. A teoria adotada na Constituição para disciplinar a responsabilidade do Estado, denomina-se:

- (A) culpa integral;
- (B) risco administrativo;
- (C) subjetiva;
- (D) culpa administrativa;
- (E) culpa anônima.

88 - Sobre o controle parlamentar e judicial, exercido sobre a Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o Poder Judiciário não pode revogar atos administrativos praticados por outro poder;
- (B) o Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, também exerce controle sobre a Administração Pública;
- (C) o Tribunal de Contas pode sustar atos e contratos praticados pela Administração Pública;
- (D) a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista, que são entidades da Administração Indireta, depende de autorização legislativa;
- (E) o Poder Legislativo pode convocar autoridades subordinadas ao chefe do Poder Executivo para prestar esclarecimentos sobre determinadas matérias.

89 - A Constituição define a situação jurídica do servidor público investido em mandato eletivo. Assinale a alternativa que indica a correta situação do servidor público investido no mandato de prefeito:

- (A) afastar-se do cargo para exercer o mandato, podendo escolher uma das duas remunerações;
- (B) exercer as duas funções se houver compatibilidade de horários;
- (C) afastar-se do cargo para exercer o mandato, recebendo exclusivamente a remuneração de prefeito;
- (D) o exercício cumulativo do mandato de prefeito com as atribuições de cargo público somente será possível quando se tratar de professor, existindo expressa previsão constitucional neste sentido;
- (E) deverá pedir exoneração do seu cargo.

90 - Sobre as concessões de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A concessão de serviço público pode ser formalizada com pessoa natural ou jurídica escolhida mediante licitação, na modalidade de concorrência.
- II. A permissão de serviço público será formalizada através de contrato administrativo de natureza precária.
- III. De acordo com a Constituição, não se exige licitação para escolha do permissionário de serviço público.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

91 - A Administração Pública, a exemplo do que ocorre com os particulares, pode celebrar contratos. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) todo contrato celebrado pela Administração Pública é considerado contrato administrativo;
- (B) a Administração Pública pode, de forma livre, modificar o objeto de um contrato administrativo;
- (C) a Administração Pública não pode celebrar contratos regidos de forma predominante pelo Direito Privado;
- (D) a Administração Pública pode anular seus contratos administrativos independentemente da manifestação prévia do Poder Judiciário;
- (E) a rescisão do contrato administrativo, se não houver acordo entre a Administração Pública e o contratado, depende sempre de decisão judicial.

92 - Sobre o regime jurídico dos servidores, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Constituição, com sua redação atual, exige a manutenção de regime jurídico único no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional;
- II. Nas empresas públicas, com capital exclusivamente público, o regime jurídico aplicável é o estatutário, idêntico ao que se aplica para os servidores da Administração Direta;
- III. Os cargos públicos no Poder Executivo são criados por lei.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

93 - Sobre as normas constitucionais relativas aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Constituição exige que os cargos comissionados sejam destinados aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.
- II. O direito de greve dos servidores públicos, de acordo com a redação atual da Constituição, deve ser regulamentado por lei complementar.
- III. A Constituição proíbe o acesso de estrangeiros a cargos públicos, com exceção dos portugueses, se houver reciprocidade para o brasileiro em Portugal.

É/são verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) nenhuma.

DIREITO CONSTITUCIONAL

94 - Cabe ao Conselho Nacional de Justiça a competência para o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes. Julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade compete:

- (A) ao Congresso Nacional;
- (B) privativamente ao Senado Federal;
- (C) privativamente à Câmara dos Deputados;
- (D) aos Ministros do STF;
- (E) ao Ministro da Justiça.

95 - No tocante à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, cabe aos três Poderes manter, de forma integrada, sistema de controle interno com finalidades determinadas, EXCETO:

- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- (B) comprovar a legalidade e avaliar resultados de eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal;
- (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- (D) julgar as contas dos responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta;
- (E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

96 - Sendo a soberania um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão;
- (B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- (C) os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte;
- (D) são processados e julgados no Brasil os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando iniciada a execução no País e o resultado tenha ocorrido no estrangeiro;
- (E) compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

97 - É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre os itens abaixo, EXCETO:

- (A) templos de qualquer culto;
- (B) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos e instituições de educação sem fins lucrativos;
- (C) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- (D) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- (E) patrimônio, renda ou serviços das autarquias, fundações e sociedades de economia mista instituídas e mantidas pelo poder público.

98 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe originariamente aos indicados abaixo, EXCETO:

- (A) membro da Câmara dos Deputados;
- (B) membro do Senado Federal;
- (C) Ministro da Justiça;
- (D) Procurador-Geral da República;
- (E) cidadão brasileiro.

99 - No tocante a ação direta de constitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal, citará o Advogado-Geral da União para defender o texto impugnado;
- (B) nas ações de inconstitucionalidade, o Conselho Federal da OAB deverá ser previamente ouvido;
- (C) podem propor ação direta de inconstitucionalidade, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual;
- (D) nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei estadual, as decisões definitivas de mérito, originariamente proferidas pelo STJ, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário;
- (E) O Conselho Nacional de Justiça poderá propor ação direta de inconstitucionalidade.

100 - Sobre a súmula com efeito vinculante, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de metade de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula com efeito vinculante;
- (B) tem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- (C) caberá ao STF cassar a decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar;
- (D) seu cancelamento poderá ser provocado pelo Presidente da República;
- (E) poderá ser aprovada após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, com efeito vinculante a partir de sua publicação.